

Considerando os termos da PORTARIA Nº 2230/2025-MP/PGJ, que designou o Encarregado de Proteção de Dados do Ministério Público como Presidente do Comitê Gestor do Portal da Transparência - CGPT, R E S O L V E:

Art. 1º - Designar, para compor a Comissão Executiva Permanente de Transparência do Ministério Público do Estado do Pará - CEPT, os seguintes servidores:

I – LENA VEIGA E SILVA, MAURO ANDRÉ SANTOS TOLOSA e LENON JOSÉ COSTA RAIOL como titulares e DANIELE MOURA DE QUEIROZ como suplente, representantes do Departamento de Tecnologia da Informação;

II – EMANUEL TADEU COUTINHO MACHADO e MÁRCIA DAS DORES NEGRÃO DOS SANTOS como titulares e MÁRCIO ANTÔNIO CUNHA SOLIMÕES e ALINE MISUE FUKUSHIMA MURAKAMI, como suplentes, representantes da Atividade de Licitações e Contratos;

III – DAVID HERBSTER FERRAZ como titular e como suplente MÁRIA DO PERPÉTUO SOCORRO SILVA, representantes do Departamento de Planejamento Orçamentário;

IV – JUNO ERNI ANDRADE ARAÚJO como titular e PAULO ANDRÉ SEAWRIGHT COELHO como suplente, representantes do Departamento de Administração;

V – GABRIEL VILLAS BOAS AMORIM DE LIMA como titular e VERENA BARROS FREIRE como suplente, representantes do Departamento de Obras e Manutenção;

VI – SILVIO VICTOR NASCIMENTO TRINDADE como titular e MÁRCIO ROBERTO SILVA MENEZES como suplente, representantes do Departamento Financeiro;

VII – RICARDO DE ARAÚJO MOURA como titular e MICHELE DE PAULA MACIEL TEIXEIRA como suplente, representantes do Departamento de Gestão de Pessoas;

VIII – HUMBERTO DA COSTA BITTENCOURT como titular e CLAYTON ANDRADE DIAS como suplente, representantes da Atividade de Gestão de Contratos;

IX – MARCO ANTÔNIO MARQUES DA SILVA como titular e POLLYANA SILVA PES como suplente, representantes do Departamento de Gestão e Planejamento Estratégico;

X – CARLA LUCIANA GURJÃO DE ARAÚJO FREIRE como titular e FABRICIO JORGE ROSA VASCONCELOS como suplente, representantes da Corregedoria-Geral do MPPA;

XI – GERMANA DE ARAÚJO SILVA IMBIRIBA como titular e TAISE CAMPOS LOBO CASTRO como suplente, representantes da Ouvidoria - Geral do MPPA;

XII – HÉLIDA HELENA DA SILVA OLIVEIRA como titular e GEORGIA HESKETH TOSCANO como suplente, representantes do Escritório de Proteção de Dados.

Parágrafo único: Nos termos do §1º do art. 2º da PORTARIA Nº 2442/2024 - MPPA/PGJ, a CEPT será coordenada pela servidora LENA VEIGA E SILVA, membro do Comitê Gestor do Portal da Transparência e representante do Departamento de Tecnologia da Informação, e secretariada pela servidora HÉLIDA HELENA DA SILVA OLIVEIRA, representante do Escritório de Proteção de Dados.

Art. 2º - Alterar o art. 2º da PORTARIA Nº 2442/2024-MP/PGJ, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Designar, para compor a Comissão Executiva Permanente de Transparência do Ministério Público do Estado do Pará, servidores indicados pelas Unidades abaixo discriminadas:

I – 3 integrantes do Departamento de Informática;

II – 2 integrantes da Atividade de Licitações e Contratos;

III – 1 integrante do Departamento de Planejamento Orçamentário;

IV – 1 integrante do Departamento de Administração;

V – 1 integrante do Departamento de Obras e Manutenção;

VI – 1 integrante do Departamento Financeiro;

VII – 1 integrante do Departamento de Gestão de Pessoas;

VIII – 1 integrante da Atividade de Gestão de Contratos;

IX – 1 integrante do Departamento de Gestão e Planejamento Estratégico;

X – 1 integrante da Corregedoria - Geral do MPPA;

XI – 1 integrante da Ouvidoria - Geral do MPPA;

XII – 1 integrante do Escritório de Proteção de Dados.

• 1º A Comissão será coordenada por membro integrante do Comitê Gestor do Portal da Transparência, designado pelo Presidente do CGPT e secretariada por servidor (a) integrante do Escritório de Proteção de Dados;

• 2º Em caso de ausência, afastamento ou impedimento, os integrantes da Comissão indicarão os seus substitutos, assumindo estes a sua incumbência.”

Art. 3º - Fica autorizada a publicação consolidada da PORTARIA Nº 2442/2024-MP/PGJ, de 18 de abril de 2024, publicada no D.O.E. de 23 de abril de 2024.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.

Belém, 30 de julho de 2025.

ALEXANDRE MARCUS FONSECA TOURINHO

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 0585/2025-MP/SUB-TA

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 2164/2025-MP/PGJ, de 06/05/2025, publicada no D.O.E. de 07/05/2025, CONSIDERANDO os termos do Gedoc nº 138736/2025. protocolizado em 20/06/2025,

R E S O L V E:

RETIFICAR os termos da PORTARIA Nº 0573/2025-MP/SUB-TA, de 07/08/2025, publicada no D.O.E. de 11/08/2025, que designou, no item II, o servidor ORIVALDO PEDRO DE LIMA, para exercer a função gratificada de CHEFE DO SERVIÇO DE ARQUIVO, durante o afastamento da servidora titular, HELOISA HELENA LEAL VIDAL, com a alteração no período, de 01/07 a 30/07/2025 para 01/07 a 14/07/2025.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, TÉCNICO-ADMINISTRATIVA.

Belém, 13 de agosto de 2025.

UBIRAGILDA SILVA PIMENTEL

Subprocuradora-Geral de Justiça, Técnico-Administrativa

PORTARIA Nº 4560/2025-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, CONSIDERANDO que o artigo 127 da Constituição Federal preconiza como atribuição do Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO os termos da PORTARIA Nº 1.090/2025-MP/PGJ, de 10/03/2025, DOEMPPA em 14/03/2025, que, revisando e atualizando as disposições da Portaria nº. 4.098/2021- MP/PGJ, instituiu o Programa de Integridade do Ministério Público do Estado do Pará e estabeleceu as diretrizes e objetivos do Plano de Integridade Institucional;

CONSIDERANDO a instituição do Código de Ética dos servidores do Ministério Público do Estado do Pará, por meio da Portaria nº. 2.399/2023-MP/PGJ, revisada e atualizada pela PORTARIA Nº 1091/2025-MP/PGJ, de 10/03/2025, DOEMPPA em 14/05/2025;

CONSIDERANDO a criação da Comissão de Ética do Ministério Público do Estado do Pará, nos termos do art. 9º do Código de Ética do MPPA,

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar os servidores, Pedro Paulo Dias Silva, como Presidente; Aline Misue Fukushima Murakami e Helida Helena da Silva Oliveira, como titulares; e como servidores suplentes, Bruna Tatyara de Sousa Trindade e Sara Michelle Sousa de Freitas, para, sem, prejuízo de suas atribuições, comporem a Comissão de Ética do Ministério Público do Estado do Pará, com o objetivo de implementar, gerir e aplicar o Código de Ética dos servidores do MPPA.

Parágrafo único: Havendo necessidade, poderão os membros da Comissão instituída por esta Portaria, solicitar a colaboração das unidades deste MPPA.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.

Belém, 18 de agosto de 2025.

ALEXANDRE MARCUS FONSECA TOURINHO

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 4561/2025-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO os termos da PORTARIA Nº 3758/2021-MP/PGJ, de 04/11/2021, republicada no D.O.E. de 10/11/2021 por alteração na original publicada no D.O.E. de 05/11/2021, que instituiu a Comissão de Especificação, Aquisição, Instalação e Ativação de Data Center Pré-Fabricado Outdoor – DCPFO, no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará,

R E S O L V E:

PRORROGAR, até fevereiro de 2026, o prazo para conclusão das atividades da Comissão de Especificação, Aquisição, Instalação e Ativação de Solução “Data Center Pré-Fabricado Outdoor – DCPFO”, no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.

Belém, 18 de agosto de 2025.

ALEXANDRE MARCUS FONSECA TOURINHO

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Protocolo: 1234108

PORTARIA Nº 4478/2025-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, usando de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO os termos do GEDOC nº 148889/2025; e

CONSIDERANDO os termos da PORTARIA Nº 1474/2011-MP/PGJ, de 05/04/2011, publicada no D.O.E. de 08/04/2011, que regulamentou, no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, a concessão da Gratificação de Tempo Integral aos servidores da Instituição,

R E S O L V E:

I - DISPENSAR, a contar de 11/08/2025, a servidora ALEXANDRA SOUZA DA SILVA, da gratificação de Tempo Integral, concedida pela PORTARIA Nº 2447/2025-MP/PGJ, publicada no DOE de 16/05/2025.

II - CONCEDER à servidora LIANE CRISTINA SANTOS FERREIRA, ocupante do cargo de Técnico Ministerial - Assistente Administrativo, lotada no Escritório de Integridade, Gratificação de Tempo Integral, prevista no art. 137, § 1º, alínea “a”, da Lei Estadual nº 5.810, de 24/01/1994, a contar de 11/08/2025.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.

Belém, 12 de agosto de 2025.

ALEXANDRE MARCUS FONSECA TOURINHO

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Protocolo: 1234524